

**Insper Instituto de Ensino e Pesquisa**  
**Faculdade de Economia e Administração**

**Guilherme de Simone Morais**

**ANÁLISE DAS DIVERGÊNCIAS ENTRE INDICADORES DE  
DESEMPENHO ELABORADOS A PARTIR DO BR GAAP E  
IFRS EM EMPRESAS LISTADAS NA BMF&BOVESPA**

**São Paulo**

**2011**

Guilherme de Simone Morais

Análise das divergências entre indicadores de desempenho  
elaborados a partir do BR GAAP e IFRS em empresas listadas  
na BMF&Bovespa

Monografia apresentada ao curso de Ciências  
Econômicas, como requisito parcial para obtenção  
do grau de Bacharel do Insper Instituto de Ensino e  
Pesquisa.

Orientador:  
Profa. Dr. Edilene Santana Santos – Insper

**São Paulo**

**2011**

Morais, Guilherme de Simone

Análise das divergências entre indicadores de desempenho elaborados a partir do BR GAAP e IFRS em empresas listadas na BMF&Bovespa – São Paulo: Insper, 2011. 16f.

Monografia: Faculdade de Economia e Administração. Insper Instituto de Ensino e Pesquisa.

Profa. Dr. Edilene Santana Santos

Palavras chaves: Padronização das normas contábeis; indicadores de desempenho; BR GAAP; IFRS.

Guilherme de Simone Moraes

**Análise das divergências entre indicadores de desempenho  
elaborados a partir do BR GAAP e IFRS em empresas listadas na  
BMF&Bovespa**

Monografia apresentada à Faculdade de Economia do Insper, como parte dos requisitos para conclusão do curso de graduação em Economia.

Aprovado em dezembro de 2011.

**EXAMINADORES**

---

Profa. Dr. Edilene Santana Santos

Orientador

---

Prof. Dr. Leonardo Pagano

Examinador

---

Prof. Dr. Sergio Jurandyr Machado

Examinador

## Resumo

MORAIS, Guilherme de Simone. Análise das divergências entre indicadores de desempenho elaborados a partir do BR GAAP e IFRS em empresas listadas na BMF Bovespa – São Paulo: Insper, 2011. 16f. Monografia: Faculdade de Economia e Administração. Insper Instituto de Ensino e Pesquisa.

Esse estudo tem como principal objetivo investigar quais são os reflexos da adoção das normas internacionais sobre os indicadores de desempenho dessas empresas, em particular na segunda etapa de convergência (convergência integral) para o IFRS, indicando quais são, na prática, as principais mudanças que a adoção das IFRSs traz sobre as demonstrações econômico-financeiras das empresas brasileiras de capital aberto. Para tanto, foram selecionadas 33 empresas de diferentes setores, listadas na BMF Bovespa que, em 2010, publicaram os números referentes ao exercício de 2009 tanto nos padrões nacionais (BR GAAP) quanto nos padrões internacionais (IFRS). Foram então calculados nove indicadores divididos em três diferentes grupos: endividamento, liquidez e rentabilidade. Os resultados, de forma geral, mostram que, com a adoção das normas internacionais, a maioria das empresas obteve melhora nos indicadores de endividamento, porém piora nos índices de liquidez e rentabilidade. Posteriormente, as diferenças entre os indicadores elaborados sob ambos os padrões tiveram suas relevâncias testadas, concluindo-se que, estatisticamente, não são significativas. Os resultados convergem com as conclusões obtidas em trabalhos recentes do mesmo escopo. Apesar da não significância das diferenças entre os índices de desempenho sob os dois padrões, é evidente que as mudanças do BR GAAP para as IFRSs devem ser consideradas e compreendidas para que a análise da situação econômico-financeira de qualquer empresa possa ser completa e eficaz.

Palavras chaves: Padronização das normas contábeis; indicadores de desempenho; BR GAAP; IFRS.

## **Abstract**

MORAIS, Guilherme de Simone. Análise das divergências entre indicadores de desempenho elaborados a partir do BR GAAP e IFRS em empresas listadas na BMF Bovespa – São Paulo: Insper, 2011. 16f. Monograph: Faculdade de Economia e Administração. Insper Instituto de Ensino e Pesquisa.

This study has as main objective to indicate what the main changes that the adoption of IFRSs brings over the economic and financial statements of Brazilian companies traded are. Another key goal is the investigation of the consequences of adopting international standards on the performance indicators of these companies. For that, there were selected 33 companies from different sectors, listed in BMF Bovespa, which, in 2010, published their statements on both national standards (BR GAAP) and international standards (IFRS). Then, it was calculated nine indicators divided into three different groups: debt, liquidity and profitability. The results show that with the adoption of international standards, most companies had an improvement in debt indicators, but deterioration in liquidity ratios and profitability. Subsequently, the differences between the indicators developed under both standards have their relevance tested, concluding that statistically are not significant. The results converge with the findings of recent studies of the same scope. Despite the differences between the performance indices under the two standards are not significant, it is clear that changes in the GAAP to IFRSs should be considered and understood so that the analysis of the economic situation of any single company can be completely and effectively.

**Keywords:** Standardization of accounting standards, performance indicators, GAAP, IFRS.

# Listas

## Lista de Ilustrações

Ilustração 1 - Os dois domínios em que ocorre a harmonização contábil .....	13
Ilustração 2 - Representação dos países que já adotaram, ou estão no processo de adoção, da IFRS .....	14

## Lista de Gráficos

Gráfico 1 – Contas que apresentaram a maior ocorrência de alterações na amostra...	21
--	----

## Lista de Tabelas

Tabela 1 - Principais mudanças introduzidas na fase final da convergência do IFRS.....	16
Tabela 2 - Síntese dos indicadores selecionados .....	18
Tabela 3 - Estatística descritiva dos indicadores de desempenho analisados .....	22
Tabela 4 - Número de empresas que sofreram alterações nos índices .....	24
Tabela 5 - Maiores variações nos indicadores de endividamento, liquidez e rentabilidade.....	25
Tabela 6 - Resultados das regressões.....	26
Tabela 7 - Valores de Qui-Quadrados obtidos .....	27

## Lista de Siglas

ABRASCA	Associação Brasileira das Companhias Abertas
Anbima	Associação Brasileira das Entidades dos Mercados Financeiro e de Capitais
APIMEC	Associação dos Analistas e Profissionais de Investimento do Mercado de Capitais
BACEN	Banco Central do Brasil
BR GAAP	<i>Brazilian Generally Accepted Accounting Principles</i>
CPC	Comitê de Pronunciamentos Contábeis
CVM	Comissão de Valores Mobiliários
DRE	Demonstração do resultado do exercício
EBIT	<i>Earnings Before Interest and Taxes</i>
EU	União Européia
FASB	<i>Financial Accounting Standards Board</i>
FIPECAFI	Fundação Instituto de Pesquisas Contábeis, Atuariais e Financeiras
IASB	<i>International Accounting Standards Board</i>
IASC	<i>International Accounting Standards Committee Foundation</i>
IBRACON	Instituto dos Auditores Independentes do Brasil
IFRS	<i>International Financial Reporting Standards</i>
SUSEP	Superintendência de Seguros Privados
US GAAP	<i>United States Generally Accepted Accounting Principles</i>



# Sumário

<b>I. Introdução</b> .....	<b>9</b>
<b>II. Fundamentação teórica</b> .....	<b>11</b>
a. Necessidade da padronização internacional das normas contábeis....	11
b. Implantação da IFRS ao redor do mundo .....	13
c. Principais divergências entre o padrão BR GAAP e IFRS .....	15
<b>III. Metodologia</b> .....	<b>17</b>
<b>IV. Apresentação dos resultados</b> .....	<b>21</b>
a. Rubricas com maior ocorrência de mudanças .....	21
b. Análise das diferenças dos indicadores de desempenho sob BR GAAP e IFRSs .....	22
c. Estimação das regressões e condução dos testes .....	25
<b>V. Considerações finais</b> .....	<b>28</b>
<b>Referencias Bibliográficas</b> .....	<b>30</b>
<b>Apêndice 1</b> .....	<b>33</b>
<b>Apêndice 2</b> .....	<b>35</b>

## I. Introdução

As interações comerciais e financeiras estão cada vez mais globalmente integradas, com empresas buscando fontes de captação em mercados externos ao país de origem. De acordo com a Anbima<sup>1</sup>, o volume captado no exterior somente em 2011 já ultrapassa US\$ 6 bilhões. Simultaneamente, investidores vasculham oportunidades que possam ser lucrativas ao redor de todo o mundo. Essa atual dinâmica cria uma necessidade de informações cada vez mais compreensíveis, confiáveis e tempestivas, diminuindo possíveis descasamentos de informações, conforme argumentam Rogers et al. (2006). A harmonização das normas contábeis é uma iniciativa nesse sentido, uma vez que a utilização de padrões reconhecidos internacionalmente possibilita uma análise mais precisa, seja por parte do credor, seja por parte do investidor, facilitando a tomada de decisão.

A partir dessa tendência, são vários os órgãos internacionais que vêm, há anos, tentando criar, implantar e disseminar a prática de normas contábeis internacionais harmonizadas. Um dos maiores expoentes nesse sentido é a *International Accounting Standards Board* (IASB). A organização, fundada em 2001, é responsável por desenvolver e atualizar a *International Financial Reporting Standard* (IFRS), um padrão de normas que a cada dia vem ganhando importância nessa tentativa de convergência das informações.

A União Européia foi uma das pioneiras a exigir a adoção dessas normas por parte das empresas. De acordo com documento publicado pela Comissão Européia<sup>2</sup> em 2002, a obrigatoriedade visa, entre outros, “harmonizar as informações financeiras (...); assegurar um elevado grau de transparência e de comparabilidade das demonstrações financeiras (...); garantir um funcionamento eficiente do mercado de capitais da Comunidade e do mercado interno”. Não diferentemente, o Brasil tenta seguir a mesma linha. Em lei publicada no dia 28 de dezembro de 2007, o Governo Brasileiro determina a harmonização com as IFRSs a partir de 2008 para sociedades anônimas e demais empresas de grande porte e a Comissão de Valores

---

<sup>1</sup> Boletim Anbima – Março/2011

<sup>2</sup> Regulamento (CE) n.º 1606/2002 do Parlamento Europeu e do Conselho, de 19 de Julho de 2002, relativo à aplicação das normas internacionais de contabilidade

Imobiliários (CVM) estabelece o exercício de 2010 como prazo para a convergência total ao full IFRS para as empresas listadas em bolsa.

Apesar de no Brasil esse campo de pesquisa ainda ser muito recente, já existem alguns trabalhos que apontam os impactos da adoção das IFRSs no Brasil, dentre os quais o de Santos e Calixto (2010), Santos (2010), Martins e Paulo (2010) e Santos (2011).

No exterior há diversos estudos que apontam os pontos cardeais de divergência entre as normas nacionais e as IFRSs. Segundo Haverty (2006), entre os principais pontos estão, nessa ordem, o reconhecimento do(s): (i) goodwill; (ii) imposto de renda diferido; (iii) efeito de variações cambiais; (iv) gastos referentes à pesquisa e desenvolvimento, e; (v) reavaliação de ativos intangíveis.

Sendo assim, o presente estudo busca, mesmo que de maneira exploratória, verificar se existem distorções relevantes nas demonstrações financeiras quando elaboradas a partir do BR GAAP e a partir do IFRS. Paralelamente, pretende-se aqui apontar quais as contas que apresentam as maiores diferenças e, por conseguinte, avaliar as oscilações nos índices econômico-financeiros decorrentes dessa conversão.

Será investigada aqui apenas a fase final da implantação do IFRS. Isso porque o estudo utiliza como base as demonstrações contábeis de 2009, que já continham as alterações da primeira fase da padronização (Lei 11.638), ocorrida em 2008. Assim, aplicando-se metodologia semelhante à já antes usada por Klann *et al* (2008), o estudo utiliza-se de uma amostra de 33 empresas brasileiras, cujos papéis são negociados em bolsa, para medir quais foram os impactos na segunda etapa do processo de convergência para o padrão internacional.

O presente trabalho contém cinco seções, incluindo esta introdução. A segunda seção faz uma revisão dos principais estudos realizados no campo de pesquisa, além de realizar uma breve explanação teórica. Já na terceira seção, são apresentados os procedimentos metodológicos utilizados na pesquisa. Uma discussão acerca dos resultados obtidos é realizada na quarta seção e, por último, na quinta seção, são realizadas as considerações finais.

## II. Fundamentação teórica

### a. Necessidade da padronização internacional das normas contábeis

Uma série de divergências pode ser encontrada quando analisamos os demonstrativos contábeis de empresas em diversos países. Como argumentam Rogers et al. (2006), quando se faz comparação entre países, uma mesma transação pode ser registrada de diversas maneiras, o que, invariavelmente, dificulta a análise comparativa de tais informações.

Niyama (2005) faz uma consolidação de estudos tentando encontrar aqueles que podem ser os principais determinantes causadores das diferenças nas demonstrações financeiras entre diversos países. Ao investigar cinco trabalhos, o autor identifica que a causa mais citada é a diferença dos sistemas legais dos diversos países. Logo em seguida, aparece o principal modelo de captação de recursos utilizado pelas empresas – seja através do mercado acionário ou então de instituições financeiras.

Quando se considera o sistema legal dos países, Niyama (2005) relata que há duas correntes básicas distintas: o *code-law* e o *common-law*. A primeira corrente tem como conceito fundamental que todas as normas devem estar clara e diretamente escritas. Também chamada de legalística, o *code-law* cede menos aberturas para que haja a flexibilização na elaboração dos demonstrativos. Dentre os países que possuem o *code-law* como sistema legal estão Alemanha, França e Japão.

O *common-law*, por sua vez, baseia-se na idéia de que o que não é proibido é considerado como possível. Isto é, tem como princípio a “visão justa e verdadeira”, o que pode ser passível de diferentes interpretações. Isto, conseqüentemente, pode ocasionar explicações evasivas e assim oferecer oportunidades para que sejam aproveitadas possíveis lacunas nas leis. Essa corrente é predominante nos Estados Unidos e Inglaterra.

Niyama (2005) também coloca que o modelo de captação de recursos determina como as informações contábeis serão elaboradas. Segundo seu estudo, dependendo de qual for a principal fonte de captação das empresas, as informações são apresentadas de formas diferentes, uma vez que cada agente tem seu próprio interesse. Por exemplo, mercados em que a captação é predominantemente feita via

empréstimos em instituições financeiras, as demonstrações são direcionadas aos credores, que têm preocupação com o fluxo de caixa que assegura o pagamento da devolução do empréstimo. Por outro lado, quando a captação é feita via mercado acionário, o enfoque é nos investidores, que se preocupam com a avaliação dos retornos, dados os investimentos realizados. Países em que o sistema legal predominante é o *code-law* tendem a ter as demonstrações financeiras voltadas aos credores, enquanto países com o *common-law*, geralmente, são voltados aos investidores.

Todas essas divergências quando se trata de apresentação das demonstrações contábeis devem diminuir num futuro próximo. As relações de negócios estão crescentemente migrando para uma escala global, o que certamente exigem um nível de informação mundialmente comparável. Ou seja, com a integração dos mercados, torna-se cada vez mais relevante a adoção de padrões contábeis que possam ser analisados, compreendidos e comparados internacionalmente. De acordo com Lemes e Silva (2007), a internacionalização das práticas contábeis facilitaria não somente empresas a angariar recursos no exterior, mas também investidores a considerarem novas oportunidades de investimentos.

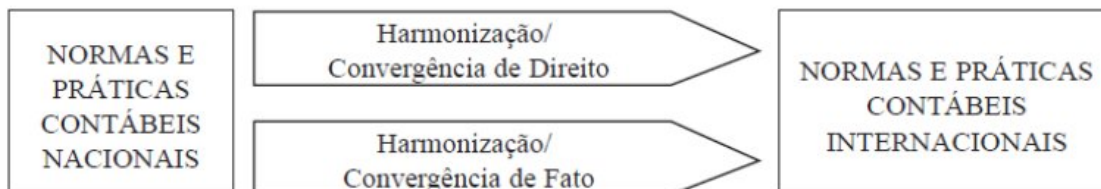
Um estudo realizado por Barth *et al.*(2007) conclui que empresas que implementaram as normas padronizadas internacionalmente possuem uma maior qualidade e clareza de informações, o que as levaram a obter um menor custo de capital quando comparado às empresas que não adotaram tais padrões.

Outro benefício da padronização internacional é citado por Calixto (2010). De acordo com a autora, normas uniformizadas reduziram as incertezas e questionamentos sobre resultados apresentados pelas empresas. Uma maior transparência, por consequência, poderia reduzir a incidência de crises relacionadas a fraudes contábeis como as da *Enron*, *WorldCom* e *Tyco*, ocorridas em 2001. Ainda, empresas estariam sendo analisadas por uma gama maior de agentes, que certamente identificariam e denunciariam mais rapidamente qualquer indicio de desvios da legalidade nas informações contábeis.

Na visão de Weffort (2005) essa padronização pode acontecer em dois domínios: a chamada harmonização de direito (nas normas) e a harmonização de fato (nas práticas). A harmonização de direito consiste na mera inserção das normas internacionais à legislação nacional, classificando determinadas práticas contábeis como obrigatórias, possíveis ou proibidas. Já quando se referem à harmonização de

fato, o que se identifica é o emprego efetivo de procedimentos recomendados e reconhecidos internacionalmente. Tais conceitos podem ser evidenciados no quadro abaixo:

**Ilustração 1- Os dois domínios onde ocorre a harmonização contábil de acordo com Weffort**



Fonte: Weffort (2005).

Há tempos a utilização de normas contábeis padronizadas já é um tema estudado e analisado. Gray (1980), por exemplo, propõe o “Índice de Conservadorismo”, que faz a relação entre as demonstrações financeiras elaboradas a partir de práticas contábeis nacionais com um padrão internacional. Em estudos posteriores esse índice foi renomeado para “Índice de Comparabilidade”

Recentemente, esses estudos se tornaram mais frequentes e novas conclusões puderam ser extraídas. Aggarwal, Klapper e Wysocki (2005) destacam que a utilização de padrões nacionais (e não harmonizados internacionalmente) podem reduzir investimentos em empresas que estejam em outro país que não o de origem do investidor. Armstrong et al. (2010) explicam que a análise e comparação de empresas em diferentes mercados tende a ser menos custosa quando já aplicada a padronização contábil.

### **b. Implantação das IFRSs ao redor do mundo**

Dois órgãos se empenharam em desenvolver padrões contábeis internacionais que visam diminuir fortemente a assimetria de informação. A primeira entidade a ser fundada foi a *International Accounting Standards Committee* (IASC) por profissionais de 10 países: Alemanha, Austrália, Canadá, Estados Unidos, França, Irlanda, Japão, México, Países Baixos e Reino Unido. A entidade foi a principal precursora das normas internacionais durante o período de 1973 a 2001, quando teve seu nome modificado para *International Accounting Standards Board* (IASB). A IASB hoje é responsável por desenvolver e atualizar as IFRSs (*International Financial Reporting Standards*), que constituem um conjunto de pronunciamentos contábeis cada vez mais reconhecidos ao redor de todo o mundo.

No Brasil, a principal agência reguladora das práticas contábeis é o Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC). A instituição foi concebida a partir da união de objetivos e esforços comuns das seguintes entidades: ABRASCA, APIMEC, BOVESPA, FIECAFI e IBRACON. O principal objetivo do comitê é o estudo, preparo e emissão de pronunciamentos técnicos sobre procedimentos de contabilidade no Brasil. Além dos membros usuais das entidades anteriormente citadas, sempre são convidados a participar das discussões representantes de outros órgãos como Banco Central do Brasil (BACEN), Comissão de Valores Mobiliários (CVM), Secretaria da Receita Federal e Superintendência de Seguros Privados (SUSEP).

O primeiro grande impulso rumo à normalização das normas contábeis no mundo foi quando a União Européia, no ano de 2002, aprovou um Regulamento determinando que, a partir de 2005, empresas listadas em mercados regulamentados dentro da EU (cerca de 8000 empresas) deveriam adotar o IFRS em suas demonstrações financeiras consolidadas.

A adoção dos Estados Unidos às IFRSs ainda é incerta. Desde 2002, após o acordo de Norwalk, a agência americana FASB e a IASB vêm trabalhando para a convergência das normas do IFRS e US GAAP.

Na Ásia, apesar de nenhuma lei obrigar a implantação do IFRS nas empresas listadas, nota-se que, em localidades com mercados de capitais mais desenvolvidos como Austrália e Hong Kong, as empresas vêm adotando tais diretrizes. Uma representação de quais os países que já adotam o IFRS em suas práticas contábeis pode ser encontrada na ilustração abaixo:

**Ilustração 2 - Representação dos países que já adotaram, ou estão no processo de adoção, da IFRS**



Fonte: IASB - IFRS Around the world (tradução própria)

No caso brasileiro, ratificada pelo Governo Federal em 2007, a Lei nº 11.638/07, além de revogar a antiga Lei das Sociedades Anônimas, estabelece que todas as sociedades anônimas e demais empresas de grande porte devem elaborar seus demonstrativos financeiros elaborados segundo o padrão IFRS, com validade a partir de 2008. A deliberação nº 656 da CVM, de 25 de janeiro de 2011, adia esse prazo e permite que “as companhias apresentem seus números de 2010 com plena adoção das normas internacionais até a divulgação do balanço no primeiro trimestre de 2011”.

Assim, a adoção do IFRS não ocorreu de maneira única e imediata. Assim, como afirmam Santos e Calixto (2010), em 2008 o CPC 13 emitiu um conjunto de normas que resguardavam a fase de “adoção inicial” das normas internacionais. A segunda fase, no entanto, ocorre apenas em 2010 quando há, de fato, a convergência integral e adoção completa do IFRS nos demonstrativos financeiros das empresas. A hipótese do presente trabalho faz a comparação entre os indicadores de desempenho da “fase mista”, ou seja, após os primeiros ajustes; com a segunda fase de transição, que já contempla a convergência total.

### **c. Principais divergências entre o padrão BR GAAP e IFRS**

Aqui se pretende traçar um breve panorama e oferecer uma exposição das principais divergências entre as normas do padrão BR GAAP e IFRS. O quadro abaixo, retirado de Santos (2011), sintetiza as mudanças referentes à fase final de convergência para o IFRS – ou seja, partindo da primeira fase (lei 11.638) rumo a convergência integral. É válido dizer que estas são apenas algumas das inúmeras diferenças entre os dois padrões, tendo em vista a grande variedade de transações e lançamentos possíveis na elaboração de um demonstrativo financeiro.



**Tabela 1 - Principais mudanças introduzidas na fase final da convergência do IFRS**

Categories de Ajuste	IASB, CPC e Del. CVM	Principais Mudanças com Efeito Potencial no Resultado e/ou no Patrimônio Líquido
Estoques	IAS 2 CPC 16 Del. 575/09	Muda o critério básico de avaliação de estoques, antes avaliado pelo menor valor entre custo e mercado e, agora, pelo menor valor entre custo e valor de realização líquido ( <i>fair value</i> menos custos de venda). Determina que a alocação de custos indiretos fixos às unidades produzidas deve ser baseada no <u>volume normal de produção</u> e não no volume real de cada período. Com isso, os custos fixos relativos à capacidade não-utilizada em função de volume de produção inferior ao normal devem ser registrados como despesas no período em que são incorridos, não podendo ser alocados aos estoques.
Custos de Empréstimos	IAS 23 CPC 20 Del. 577/09	A norma anterior já exigia a capitalização de juros como parte do custo de um ativo qualificável (aquele que “demanda um período de tempo substancial para ficar pronto para seu uso ou venda pretendidos”), mas pelo IFRS, até 2009, a capitalização era opcional (agora já é obrigatória).
Imobilizado	IAS 16 CPC 27 Del. 583/09	Embora fosse permitido efetuar a depreciação pela vida econômica dos ativos, no Brasil a quase totalidade das empresas praticava as taxas de depreciação previstas na legislação do imposto de renda (por exemplo, 20% ao ano para veículos, sem valor residual), o que não deve mais ocorrer com o divórcio entre a contabilidade financeira e o Fisco. Também há potencial para reduções no resultado e aumentos significativos no patrimônio líquido se as empresas optarem por avaliar seu imobilizado pelo <i>fair value</i> para determinação do <i>deemed cost</i> no balanço de abertura em IFRS.
Propriedade para Investimento	IAS 40 CPC 28 Del. 584/09	Introduz a possibilidade de avaliação das propriedades para investimento pelo <i>fair value</i> , com variações lançadas no resultado. Como esses ativos estavam antes avaliados pelo custo amortizado, espera-se aumento significativo no resultado e no valor do ativo para as empresas que escolherem o <i>fair value</i> , já que o Brasil tem vivido um <i>boom</i> no valor dos imóveis nos últimos anos.
Ativo Biológico e Produto Agrícola	IAS 41 CPC 29 Del. 596/09	Determina a mensuração desses ativos a <i>fair value</i> menos custos de venda. Embora pela norma anterior os ativos pudessem ser avaliados a <i>fair value</i> em determinadas circunstâncias, a prática geral era avaliá-los pelo custo. Assim, a mudança de prática deverá gerar impactos significativos nos resultados no <i>agribusiness</i> .
Receitas	IAS 18 / SIC 31 / IFRIC 13 CPC 30 Del. 597/09	A prática mais comum na contabilidade brasileira era reconhecer a receita na data de emissão da nota fiscal. Com o novo padrão, mais julgamentos deverão ser realizados. Com potencial para gerar impactos significativos no resultado das empresas destacam-se: a necessidade de segregar múltiplos elementos dentro de uma transação única e reconhecer cada receita pelo seu fato gerador; e de identificar se uma empresa atua como principal ou agente, caso em que não poderá reconhecer como sua receita o montante cobrado pelo principal da operação, muitas vezes incluído na nota fiscal.
Ativo Não Circulante Mantido para Venda e Operações Descontinuadas	IFRS 5 CPC 31 Del. 598/09	Introduz a determinação de reclassificar e mudar o critério de mensuração de Ativos Não Circulantes Mantidos para Venda para o menor valor entre o valor contábil e o valor justo menos despesas de venda, cessando a depreciação. Essa norma pode gerar redução no resultado das empresas, mas sua aplicação tende ser bastante restrita. Já a nova norma de segregação dos resultados de operações descontinuadas alterará o resultado das operações continuadas, mas não o resultado líquido final.
Tributos sobre os Lucros	IAS 12 CPC 32 Del. 599/09	A norma brasileira anterior já era bastante semelhante ao IAS 12. Podem ensejar impactos no resultado e/ou no patrimônio líquido das empresas a determinação de apropriação no próprio patrimônio líquido dos efeitos fiscais de itens contabilizados diretamente no patrimônio líquido, determinação antes omissa na norma brasileira. Embora não altere o resultado ou patrimônio líquido, a determinação de que os tributos diferidos sejam classificados sempre no não circulante requer a reclassificação dos tributos anteriormente classificados no Brasil por vezes no circulante.
Benefícios a Empregados	IAS 19 CPC 33 Del. 600/09	Ao permitir à empresa reconhecer os ganhos e perdas atuariais dos planos de benefício definido diretamente no patrimônio líquido como “outros resultados abrangentes” em vez de no resultado do período, a nova norma permitira manter os passivos e ativos do plano ao <i>fair value</i> sem gerar a volatilidade do resultado decorrente da norma anterior. Por outro lado, esta norma tem aplicação restrita às pouquíssimas empresas (na maioria estatais) que mantêm planos de benefício definido.
Consolidação, Empreendimentos Conjuntos e Coligadas	IAS 27 CPC 18,19 e 36 Del. 608/09	Elimina a exigência de consolidação de empresas fechadas se algumas condições são atendidas. Determina a apresentação das participações de minoritários dentro do patrimônio líquido e não mais fora em conta específica. Introduz a opção de avaliar as participações dos acionistas não controladores pelo <i>fair value</i> e outras diferenças em alguns procedimentos de consolidação com potencial de gerar impactos significativos no resultado e patrimônio líquido consolidados.
Instrumentos Financeiros: reconhecimento, mensuração e evidência	IAS 32, 39 IFRS 7 CPC 38,39, 40 Del. 604/09	Grande parte das normas de instrumentos financeiros já tinha sido aplicada na 1ª fase de transição para o IFRS (exercício de 2008). Dentre as mudanças para a convergência final, podem gerar efeitos no resultado e/ou patrimônio líquido das empresas a determinação de segregação de instrumentos financeiros híbridos e de derivativos embutidos, bem como a mudança do tratamento da interrupção da <i>hedge accounting</i> (antes exigia baixa dos ganhos e perdas acumuladas do patrimônio líquido para resultado, e agora só na ocorrência da transação).
Contratos de Concessão	IFRIC 12 ICPC 01 Del. 611/09	Determina que os direitos da concessionária sobre a infra-estrutura não sejam mais incluídos no seu imobilizado, como ocorria anteriormente, com impactos potenciais significativos no ativo, patrimônio líquido e resultado dessas empresas.
Eventos Subseqüentes e Contabilização da Proposta de Pagamento de Dividendos	IAS 10 e - CPC 24 e ICPC 08 Del. 601/09	Extingue o reconhecimento no passivo dos dividendos propostos pela diretoria ainda não aprovados pela Assembléia, prática anteriormente comum no Brasil. Como a legislação brasileira prevê dividendos mínimos obrigatórios, foi necessário instituir uma interpretação técnica sem correspondência no IFRS para esclarecer que esses dividendos obrigatórios precisam ser reconhecidos no passivo no exercício em que o lucro foi gerado, mesmo antes da aprovação pela Assembléia.

Fonte: Santos (2011)

### III. Metodologia

De acordo com Gil (2002), os estudos podem ser classificados em três grupamentos: exploratórios, descritivos e explicativos. O mesmo autor ainda sugere que a pesquisa descritiva espera coletar informações e conclusões de acordo com o grupo de variáveis e/ou conceitos a que se referem. Ou seja, pode-se afirmar que o presente estudo se trata de um trabalho descritivo de caráter exploratório uma vez que se propõe a investigar as diferenças entre as normas do BR GAAP e IFRS, além de verificar os consequentes impactos nos índices econômico-financeiros.

A metodologia aplicada é semelhante à utilizada em Klann *et al* (2008). O método utiliza-se de eventos, retirados de demonstrações financeiras, que receberam tratamento analítico de acordo com os objetivos do estudo, e depois submetido a testes estatísticos, numa tentativa de inferir o comportamento de uma determinada população por meio de uma amostra limitada. Dada a incipiência de estudos nesse campo, a utilização da metodologia proposta por Klann *et al* (2008), e seguida por vários outros autores, foi a que se mostrou mais relevante e apropriada para este trabalho.

Como amostra foram escolhidas 33 empresas de capital aberto listadas na bolsa que, em 2010, publicaram seus resultados financeiros consolidados referentes ao exercício de 2009 tanto no padrão brasileiro (BR GAAP) quanto no padrão internacional (IFRS). Como já citado, este estudo examina os efeitos da transição entre a 1ª fase de transição (lei 11.638) e a adoção integral do IFRS. Na tentativa de abranger diversos setores da economia foi selecionada uma empresa aleatória para cada subgrupo classificado pela BMF Bovespa, com exceção de instituições financeiras<sup>3</sup>. As demonstrações contábeis foram retiradas do site da CVM. Cabe aqui ressaltar que os subgrupos de fabricação de bebidas e fabricação de fumo foram retirados da amostra, uma vez que, nos demonstrativos de 2010 das únicas empresas pertencentes a esses subgrupos, não foram encontradas as informações

---

<sup>3</sup> As instituições financeiras foram desconsideradas por possuírem estruturas de demonstrativos financeiros diferentes dos demais setores, impossibilitando a comparabilidade

necessárias para a realização desta investigação<sup>4</sup>. O apêndice 1 sintetiza as empresas selecionadas, assim como seus respectivos subgrupos.

Assim como proposto por Klann *et al* (2008), foram escolhidos três indicadores de endividamento, dois de liquidez e dois de rentabilidade. Ainda, adicionalmente, foram incluídos neste estudo mais dois índices de rentabilidade – cobertura de juros e a relação dívida bruta sobre EBIT. A tabela 1 sintetiza os indicadores, além de expor uma breve descrição.

Calculados os índices, foi então realizada a subtração entre os resultados obtidos a partir do BR GAAP e das IFRSs, além de proposta uma análise de correlação entre as séries<sup>5</sup>.

Tabela 2- Síntese dos indicadores selecionados

<b>Indicadores de Endividamento</b>		
	<b>Definição</b>	<b>Fórmula</b>
<b>Endividamento</b>	a dependência da entidade com relação aos recursos originados de terceiros. Também chamado de Participação de Capital de Terceiros	$(PC + PELP) / AT * 100$
<b>Dependência Financeira</b>	a dependência da empresa com relação as suas exigibilidades, mostrando a participação do capital de terceiros com relação ao montante investido em ativos	$(PC + PELP) / PL * 100$
<b>Imobilização dos Capitais Permanentes</b>	o quanto dos capitais permanentes são usados para financiar o ativo permanente.	$AP / (PELP + PL) * 100$
<b>Indicadores de Liquidez</b>		
	<b>Definição</b>	<b>Fórmula</b>
<b>Liquidez Geral</b>	o quanto a empresa possui no curto e longo prazo para saldar suas dívidas	$(AC + ARLP) / (PC + PELP)$
<b>Liquidez Corrente</b>	o quanto a empresa possui no curto prazo para saldar dívidas de curto prazo	$AC / PC$
<b>Indicadores de Rentabilidade</b>		
	<b>Definição</b>	<b>Fórmula</b>
<b>Rentabilidade do Patrimônio Líquido - ROE</b>	qual a rentabilidade auferida sobre o capital próprio da entidade.	$LL / PL * 100$

<sup>4</sup> De acordo com a classificação feita pela BMF Bovespa, as únicas empresas pertencentes aos subgrupos de fabricação de bebidas e fabricação de fumo são Cia Bebidas Das Américas - AMBEV e Souza Cruz S.A., respectivamente

<sup>5</sup> Para tabela com correlações, checar apêndice 2.

<b>Rentabilidade do Ativo - ROA</b>	qual a rentabilidade auferida sobre o total de ativos	LL / AT * 100
<b>Cobertura de Juros</b>	mede a capacidade da empresa de gerar lucro operacional suficiente para cobrir suas despesas com o pagamento de juros	EBIT / Resultado Financeiro
<b>Dívida Bruta / EBIT</b>	Fornece o período de tempo aproximado que a empresa precisa para saldar a dívida na totalidade	Dívida Bruta / EBIT

**Legenda**

<b>AC</b>	Ativo Circulante	<b>PC</b>	Passivo Circulante
<b>AP</b>	Ativo Permanente	<b>PELP</b>	Passivo Exigível a LP
<b>ARPL</b>	Ativo Realizável a LP	<b>PL</b>	Patrimônio Líquido
<b>AT</b>	Ativo Total	<b>PT</b>	Passivo Total
<b>LL</b>	Lucro Líquido		

Fonte: Elaboração própria

De acordo com Gil (2002), o uso de uma regressão linear pretende estimar o valor esperado de uma variável  $y$ , dados os valores de um conjunto de algumas outras variáveis  $x$ . Partiu-se então para a estimação de um conjunto de regressões simples relacionando os indicadores sob as normas internacionais com os indicadores sob as normas nacionais, mais um parâmetro constante, assim como explicitado a seguir:

$$\hat{INDICE}_{IFRS} = \alpha + \beta * \hat{INDICE}_{BRGAAP}$$

Gujarati (2000) sugere então que sejam realizados testes que certifiquem que as regressões estimadas não sejam espúrias – estatisticamente inconsistentes – e possam, portanto, ser corretamente analisadas. Assim, são conduzidos testes que verificam a existência de raízes unitárias, heterocedasticidade e autocorrelação entre as variáveis.

Checada a consistência das regressões, é proposto que sejam realizados testes a fim de verificar a significância das diferenças dos índices obtidos a partir de ambos os padrões. Assim, aplicou-se, utilizando o software Eviews, um teste Qui-Quadrado com nível de significância de 95% e 32 graus de liberdade, sob as seguintes hipóteses:

$H_0$ : não há significância nas diferenças entre os índices econômico-financeiros elaborados a partir das demonstrações

que seguem o as normas brasileiras e das demonstrações que seguem as IFRSs.

$H_A$ : há significância nas diferenças entre os índices econômico-financeiros elaborados a partir das demonstrações que seguem o as normas brasileiras e das demonstrações que seguem as IFRSs.

No caso de haver evidências para rejeitar  $H_0$ , poderá se dizer que as diferenças entre os indicadores calculados a partir dos dois padrões contábeis são significativas. Ou seja, se confirmará que de fato há uma diferença significativa entre as demonstrações no padrão brasileiro antigo e no padrão IFRS, evidenciando a assimetria de informações e impossibilidade de comparação entre os dois métodos de elaboração das demonstrações financeiras.

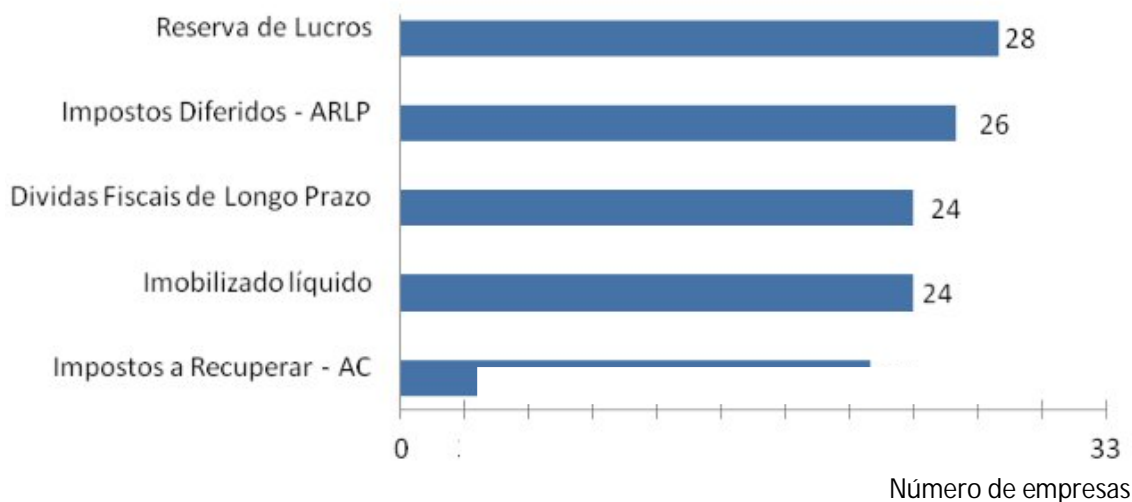
#### IV. Apresentação dos resultados

Nesta seção são apresentados os resultados após a análise realizada com as demonstrações financeiras elaboradas tanto no padrão de normas brasileiras (BR GAAP) quanto no padrão internacional (IFRS).

##### a. Rubricas com maior ocorrência de mudanças

Nos balanços analisados, nota-se que determinadas rubricas apresentaram uma maior ocorrência de mudanças em relação ao número total de empresas. O gráfico 1 traz uma ilustração das alterações que foram mais freqüentes.

Gráfico 1 – Contas que apresentaram a maior ocorrência de alterações na amostra



Fonte: Elaboração própria

Na prática, como se pode observar acima, a rubrica que mais recebeu alterações – ocorrência de 28 num total de 33 empresas – foi a de *Reserva de Lucros*. Esse resultado é esperado uma vez que, no caso de qualquer mudança nos lançamentos na Demonstração de Resultado do Exercício (DRE), a tendência natural é que a conta *Reserva de Lucros*, que contempla o resultado do exercício, também sofra alterações.

Na seqüência, as contas que mais sofreram alterações foram as que, de alguma forma, estão relacionadas ao pagamento/recuperação de impostos. *Impostos diferidos*, *Dívidas Fiscais de Longo Prazo*, e *Impostos a Recuperar*, sofreram mudanças em 26, 24 e 22 das empresas, respectivamente. Esse grande número de ocorrências se deve à exigência, no padrão BR GAAP, da segregação de

ativos/passivos fiscais diferidos entre circulantes e não circulantes. Enquanto nas IFRSs todos os valores devem ser classificados em ativos/passivos não circulantes. Ainda, o reconhecimento de ativos fiscais diferidos, sob as IFRSs, se dá pela perspectiva de recuperação de tais tributos, o que não ocorre em padrões brasileiros.

#### **b. Análise das diferenças dos indicadores de desempenho sob BR GAAP e IFRSs**

Partindo das demonstrações financeiras elaboradas com as normas brasileiras e com as normas internacionais, foi calculada uma série de índices de endividamento, liquidez e rentabilidade, assim como metodologia proposta por Klann *et al* (2008) e reutilizado em Martins e Paulo (2010). Para um maior detalhamento, no apêndice 3, são apresentados todos os indicadores de desempenho que foram utilizados. Buscando verificar os reflexos da adoção das IFRS nos indicadores de desempenho das empresas foi elaborada uma análise descritiva – com média, desvio, mediana, máximo e mínimo – com base em cada padrão de normas contábeis, e, posteriormente, com base na diferença entre os índices, apresentadas na tabela 2.

**Tabela 3- Estatística descritiva dos indicadores de desempenho analisados**

	Média	Desvio Padrão	Mediana	Máximo	Mínimo
<b>Indicadores calculados a partir do padrão BR GAAP</b>					
Endividamento (%)	58,47	31,38	53,17	177,06	11,57
Dependência Financeira (%)	158,73	306,39	104,97	1.648,02	-348,66
Imobilização dos Capitais Permanentes (%)	61,67	26,93	61,03	118,82	14,36
Liquidez Geral	1,35	1,22	1,04	6,36	0,26
Liquidez Corrente	1,95	1,19	1,72	6,30	0,68
Rentabilidade do Patrimônio Líquido - ROE (%)	12,01	54,07	13,68	233,29	-185,33
Rentabilidade do Ativo - ROA (%)	1,48	35,05	5,33	74,53	-179,78
Cobertura de Juros	-2,63	22,45	-0,82	30,72	-121,07
Dívida / EBIT	7,58	17,46	2,59	97,46	-3,74
<b>Indicadores calculados a partir das IFRSs</b>					
Endividamento (%)	55,64	28,42	52,63	153,58	5,98

Dependência Financeira (%)	205,60	653,93	108,95	3.721,82	-555,04
Imobilização dos Capitais Permanentes (%)	61,42	26,07	62,50	113,28	-1,84
Liquidez Geral	1,53	2,25	1,00	13,10	0,29
Liquidez Corrente	2,14	2,18	1,68	13,01	0,67
Rentabilidade do Patrimônio Líquido - ROE (%)	15,39	78,09	11,41	320,64	-276,09
Rentabilidade do Ativo - ROA (%)	1,49	32,92	5,24	60,66	-171,79
Cobertura de Juros	-2,93	22,40	-1,24	30,72	-120,99
Dívida / EBIT	7,95	21,46	2,36	121,01	-6,84
<b>Diferença entre os indicadores calculados a partir do padrão BR GAAP e das IFRSs</b>					
Endividamento (%)	2,83	2,96	0,54	23,48	5,60
Dependência Financeira (%)	-46,87	-347,54	-3,98	-2.073,80	206,39
Imobilização dos Capitais Permanentes (%)	0,25	0,86	-1,48	5,54	16,21
Liquidez Geral	-0,18	-1,03	0,04	-6,74	-0,02
Liquidez Corrente	-0,19	-0,99	0,04	-6,71	0,02
Rentabilidade do Patrimônio Líquido - ROE (%)	-3,37	-24,02	2,27	-87,35	90,76
Rentabilidade do Ativo - ROA (%)	-0,01	2,13	0,09	13,87	-7,99
Cobertura de Juros	0,30	0,05	0,42	0,00	-0,08
Dívida / EBIT	-0,38	-4,00	0,23	-23,54	3,11

**Fonte: Elaboração própria**

A tabela 4 averigua qual a direção das oscilações que os índices sofreram com a adoção das IFRSs. Observa-se que os indicadores de endividamento tenderam a cair com o uso das IFRSs na maioria das empresas. De forma semelhante, os indicadores de rentabilidade apresentaram piora na maior parte da amostra, com a queda nos índices de ROE, ROA e Cobertura de Juros; simultaneamente ao aumento da relação Dívida Bruta / EBIT. Os efeitos nos índices de liquidez geral são menos conclusivos já que 18 sofreram ajustes negativos, enquanto 15 tiveram ajustes positivos, que indicavam uma maior liquidez. Entretanto, o índice de liquidez corrente mostra que houve uma redução de liquidez na maioria das empresas, sobretudo devido a reclassificação dos impostos diferidos para as contas não circulantes.



**Tabela 4 - Número de empresas que sofreram alterações nos índices**

	Aumentou	Igual	Diminuiu
Endividamento (%)	11	0	22
Dependência Financeira (%)	10	0	23
Imobilização dos Capitais Permanentes (%)	17	0	16
Liquidez Geral	15	0	18
Liquidez Corrente	10	2	21
Rentabilidade do Patrimônio Líquido - ROE (%)	10	1	22
Rentabilidade do Ativo - ROA (%)	9	0	24
Cobertura de Juros	10	6	17
Dívida Bruta / EBIT	17	6	10

**Fonte: Elaboração própria**

A partir da tabela 4 pode-se perceber que as empresas que mais sofreram variações no grupo de indicadores de endividamento foram *OGX Petróleo e Gás Participações S.A*, *Lojas Americanas S.A* e *Cremer S.A*. O índice de endividamento da *OGX* passou de 11,5% para 5,9%, uma diminuição de 48,3%. A maior variação no índice de dependência financeira foi das *Lojas Americanas* que aumentou 125,8%, passando de 1648,0% para 3721,8%. Enquanto para a imobilização de capital permanente, a maior mudança foi observada na *Cremer*, de 22,0% para 56,1%, um aumento de 154,4%.

No grupo de indicadores de liquidez, a companhia que apresentou as maiores variações com a adoção das IFRSs foi a *OGX Petróleo e Gás Participações S.A*. O índice de liquidez geral passou de 6,36x para 13,10x – um aumento de 105,95%; enquanto o índice de liquidez corrente passou de 6,30x para 13,01x, crescendo 105,39%. Essa grande mudança deu-se principalmente devido à extinção de *contas a pagar por aquisição de blocos de exploração*, no valor de R\$ 618 milhões, que reduziu o passivo circulante praticamente pela metade.

Em relação aos índices de rentabilidade, observa-se que as companhias que sofreram as maiores variações foram: *Lojas Americanas S.A*, *OGX Petróleo e Gás Participações S.A*., *Telemar Norte Leste S.A*, e *Ideiasnet S.A*. A *Lojas Americanas S.A* sofreu variação negativa de 1029,2% em seu ROE, principalmente devido à

redução abrupta de seu patrimônio líquido, reflexo do lançamento do *deságio em transações do capital*. A *Telemar Norte Leste S.A* foi a empresa que teve uma maior variação no índice de cobertura de juros, passando de -0,66x para -3,27x, um aumento de 388%.

**Tabela 5 - Maiores variações nos indicadores de endividamento, liquidez e rentabilidade**

Endividamento (%)		Dependencia Financeira (%)		Imobilização dos Capitais Permanentes (%)	
OGX PETROLEO E GAS PARTI	-48,37%	LOJAS AMERICANAS S	215,84%	CREMER S.A.	154,45%
DIXIE TOGA S.A.	-37,64%	BOMBRIL S.A.	59,20%	SAUIPE S.A.	-101,55%
SLC AGRICOLA S.A.	-20,15%	DIXIE TOGA S.A.	-53,08%	DIXIE TOGA S.A.	98,30%
SAUIPE S.A.	-13,26%	OGX PETROLEO E GAS	-51,44%	PARANAPANEMA S.A.	28,26%
BOMBRIL S.A.	-13,02%	SLC AGRICOLA S.A.	-33,02%	SLC AGRICOLA S.A.	25,46%
Liquidez Geral		Liquidez Corrente			
OGX PETROLEO E GAS PARTI	105,95%	OGX PETROLEO E GAS	106,39%		
SLC AGRICOLA S.A.	-32,52%	GRENDENE S.A.	12,59%		
CREMER S.A.	-31,48%	JSL S.A.	8,97%		
SAUIPE S.A.	17,70%	DIXIE TOGA S.A.	-8,46%		
DURATEX S.A.	15,23%	IDEIASNET S.A.	-8,42%		
Rentabilidade do Patrimônio Líquido - ROE (%)		Rentabilidade do Ativo - ROA (%)			
LOJAS AMERICANAS S.A.	-1029,23%	OGX PETROLEO E GAS	-1088,06%		
TELEMAR NORTE LESTE S.A.	-427,07%	TELEMAR NORTE LEST	-477,42%		
LOJAS AMERICANAS S.A.	158,74%	CIA GAS DE SAO PAUL	91,12%		
CIA GAS DE SAO PAULO - COI	84,14%	SLC AGRICOLA S.A.	-56,39%		
SLC AGRICOLA S.A.	-63,42%	TIM PARTICIPACOES S.	54,33%		
Cobertura de Juros		Dívida / EBIT			
TELEMAR NORTE LESTE S.A.	388,80%	IDEIASNET S.A.	83,11%		
CIA GAS DE SAO PAULO - COI	121,89%	TELEMAR NORTE LEST	-79,74%		
OGX PETROLEO E GAS PARTI	51,61%	CIA GAS DE SAO PAUL	-45,82%		
IDEIASNET S.A.	-40,95%	SLC AGRICOLA S.A.	43,84%		
RANDON S.A. IMPLEMENTOS	-28,75%	BRF - BRASIL FOODS S	24,16%		

Fonte: Elaboração própria

### c. Estimação das regressões e condução dos testes

Dada a existência de uma forte correlação entre os indicadores calculados sob os padrões brasileiros (BR GAAP) e sob os padrões internacionais (IFRSs), foi

elaborado um estudo contemplando uma série de regressões simples. Visando estabelecer uma relação entre os indicadores foram estimadas regressões em que o indicador sob a óptica do IFRS foi considerado a variável dependente e o indicador sob a óptica do BR GAAP considerado a única variável independente, além de uma constante.

Para confirmar que as regressões não são espúrias foram conduzidos testes para verificar a existência de raiz unitária, heterocedasticidade e autocorrelação entre as variáveis. Apurou-se que, entre as séries em estudo, nenhuma possui raiz unitária, nenhuma apresenta heterocedasticidade e que não há presença de autocorrelação entre as variáveis.

Ratificadas essas condições, a tabela 5 apresenta os coeficientes das regressões estimados e seus respectivos coeficientes de determinação. Assim como esperado devido a forte correlação direta entre as variáveis, nenhum parâmetro estimado apresentou relação negativa com a variável dependente.

**Tabela 6 - Resultados das regressões**

<b>Índice</b>	<b>Regressão</b>	<b>R<sup>2</sup> (%)</b>
Endividamento	$END_{IFRS} = 3,6062 + 0,8899.END_{BRGAAP}$	96,55
Dependência Financeira	$DF_{IFRS} = -121,9478 + 2,0657.DF_{BRGAAP}$	93,49
Imobilização dos Capitais Permanentes	$ICP_{IFRS} = 25,9389 + 0,5753.ICP_{BRGAAP}$	35,32
Liquidez Geral	$LG_{IFRS} = 0,8034 + 1,7298.LG_{BRGAAP}$	87,82
Liquidez Corrente	$LC_{IFRS} = -1,1669 + 1,6952.LC_{BRGAAP}$	85,14
Rentabilidade do Patrimônio Líquido - ROE	$ROE_{IFRS} = -1,5707 + 1,4115.ROE_{BRGAAP}$	95,52
Rentabilidade do Ativo - ROA	$ROA_{IFRS} = 0,1029 + 0,9351.ROA_{BRGAAP}$	99,15
Cobertura de Juros	$CJ_{IFRS} = -0,3113 + 0,9969.CJ_{BRGAAP}$	99,86
Dívida / EBITDA	$DE_{IFRS} = -1,2284 + 1,2120.DE_{BRGAAP}$	97,26

Fonte: Elaboração própria

A seguir foi conduzido um teste qui-quadrado para verificar a significância das diferenças entre os índices em ambos os padrões, em que tem-se como hipótese nula a não significância entre as diferenças. Considerando um nível de confiança de 95% e 32 graus de liberdade, o valor crítico correspondente é de 43,77. Isso indica que caso o somatório do qui-quadrado das diversas séries seja inferior ao valor crítico, não haverá evidências para se rejeitar a hipótese nula, sugerindo que as diferenças entre os indicadores sob os dois padrões analisados não são estatisticamente significativas. A tabela 6 apresenta valores do teste encontrados para os diversos índices em estudo.

Tabela 7 - Valores de Qui-Quadrados obtidos

Índices	Valores de $X^2$
Endividamento	21,441
Dependência Financeira	-43,520
Imobilização dos Capitais Permanentes	109,529
Liquidez Geral	7,571
Liquidez Corrente	7,302
Rentabilidade do Patrimônio Líquido - ROE	-59,972
Rentabilidade do Ativo - ROA	-15,402
Cobertura de Juros	-14,003
Dívida Bruta / EBIT	19,379
	$\Sigma X^2$
	<b>32,324</b>

Fonte: Elaboração própria

Somando os valores de qui-quadrado para cada indicador encontramos um valor observado de 32,32. Como tal valor é inferior ao valor crítico ( $32,32 < 43,77$ ), pode-se concluir então que não há evidências para rejeitar a hipótese nula, e assim, infere-se que as diferenças não são significativas estatisticamente. Apesar de não serem estatisticamente relevantes, Klann *et al* (2008) observam que para uma análise correta e completa das empresas, essas diferenças devem ser consideradas e compreendidas, uma vez que as variações, sejam elas positivas ou negativas, podem distorcer possíveis interpretações.

Os resultados aqui encontrados convergem com as evidências empíricas observadas por Barbosa Neto, Dias e Pinheiro (2009) que estudam o comportamento de seis companhias de capital aberto no ano de 2008. Martins e Paulo (2010) ampliam essa amostra para 13 empresas em um período maior, três anos, e sugerem como conclusão resultados semelhantes. Este presente estudo, além de expandir de forma expressiva a amostra para 33 empresas, investiga também o comportamento sobre dois outros indicadores – cobertura de juros e a relação dívida bruta sobre EBIT. Apesar das mudanças, os resultados observados seguiram a tendência de investigações passadas.

## V. Considerações finais

A padronização das normas contábeis é uma tendência ao redor de todo o mundo. A adoção das IFRS, padrão contábil internacional de maior aceitação, foi iniciada na Europa em 2005 e, recentemente, vem sendo implementada no Brasil. A utilização de tais normas por parte das empresas permite não apenas que investidores avaliem oportunidades fora de seus países de origem, mas também ajuda as próprias companhias a angariar financiamentos externos. De fato, a padronização diminui a assimetria de informações, possibilitando uma análise mais fidedigna além de uma maior comparabilidade entre empresas de diversos países.

Considerando a atualidade do tema vis a viés a norma da CVM que torna obrigatória a publicação dos relatórios contábeis nas IFRSs pelas empresas brasileiras de capital aberto a partir do exercício de 2010, o presente estudo teve como objetivo realizar uma investigação sobre as divergências entre indicadores de desempenho elaborados a partir do BR GAAP (já contemplando as mudanças da primeira fase da transição – Lei 11.638) e IFRS (com a convergência integral já realizada) em empresas listadas na BMF Bovespa. Foram aqui analisadas 33 demonstrações financeiras referentes ao ano de 2009, selecionadas de acordo com sua classificação de subsetor da BMF Bovespa de modo que todos os subsetores fossem incluídos no estudo.

Com a adoção das normas internacionais, verificou-se que, na prática, as rubricas que apresentaram divergências mais frequentes foram as contas que se encontram no *Patrimônio Líquido*, especialmente *Reserva de Lucros*. O fato se deve as diferenças no reconhecimento de receitas e despesas, que afeta diretamente o lucro do exercício, influenciando então o total do patrimônio. Em seguida, as contas que mais sofreram alterações foram as de *Impostos Diferidos*, uma vez que, nos padrões internacionais, todos ativos/passivos fiscais devem ser classificados no não circulante e serem reconhecidos apenas de acordo com a perspectiva de recuperação.

Prosseguindo, foram então conduzidos testes de significância para as diferenças dos índices calculados a partir de ambas as normas. O teste qui-quadrado indicou que, para todos os indicadores, não ha evidências que confirmem

que tais diferenças são estatisticamente significantes. Assim, conclui-se que não existe de fato uma diferença significativa entre as demonstrações no padrão brasileiro e no padrão IFRS, evidenciando que não há assimetria de informações, tornando possível a comparação entre os dois métodos de elaboração das demonstrações financeiras.

Como limitador desse estudo pode-se citar a seleção de apenas uma companhia para cada subsetor da BMF Bovespa, além da utilização de números referentes a apenas um exercício fiscal. Outra limitação é a condução de apenas um teste de significância para as diferença entre os indicadores calculados sob ambos os padrões, uma vez que a literatura econométrica indica que uma serie de outros testes também poderiam ter sido utilizados. Sugere-se então para futuras investigações a utilização de uma amostra que contemple um maior número de empresas, bem como números referentes a mais de um ano fiscal. Recomenda-se ainda que sejam conduzidos outros testes de significância para verificar se os resultados corroboram ou contradizem as evidências aqui encontradas.

## Referências Bibliográficas

AGGARWAL, R.; KLAPPER, L.; WYSOCKI, P. D. **Portfolio Preferences of Foreign Institutional Investors**, Journal of Banking and Finance, v. 29, p. 2919–2946, 2005.

ARMSTRONG, C. S.; BARTH, M. E.; JAGOLINZER, A. D.; RIEDL, E. J. **Market Reaction to the Adoption of IFRS in Europe**. The Accounting Review, v. 85, n. 1, p. 31-61, 2010.

BARBOSA NETO, João Estevão; DIAS, Warley de Oliveira, PINHEIRO, Laura Edith Taboada. **Impacto da convergência para as IFRS na análise financeira: um estudo em empresas brasileiras de capital aberto**. Revista Contabilidade Vista & Revista, Belo Horizonte, v. 20, n. 4, p. 131-153. 2009.

BARTH, Mary E., LANDSMAN, Wayne R. and LANG, Mark H., **International Accounting Standards and Accounting Quality (September 1, 2007)**. Stanford University Graduate School of Business Research Paper No1976. 2007.

CARVALHO, Nelson. LEMES, Sirlei. **Padrões Contábeis Internacionais do IASB: Um Estudo comparativo com as normas contábeis brasileiras e sua aplicação**. UNB Contábil. Brasília, v.5, n.2, p.61-89. 2002.

CALIXTO, Laura. **Análise das pesquisas com foco nos impactos da adoção do IFRS em países europeus**. Revista Contabilidade Vista & Revista, Belo Horizonte, v. 21, n. 1, p. 157-187, jan./mar. 2010.

DELOITTE TOUCHE TOHMATSU. **IFRS and U.S. GAAP: a pocket comparison**. September 2005. Disponível em: <<http://www.iasplus.com/dttpubs/0509ifrsus.pdf>>. Acesso em: 19 fev 2010.

DELOITTE TOUCHE THOMATSU. **O Brasil na convergência**: Implicações de uma tendência global acelerada. 2010. Disponível em: <<http://www.deloitte.com.br>>.

ERNST&YOUNG TERCO. **BR Gaap vs IFRS: Uma visão geral**. 2010. Disponível em: <<http://www.ey.com.br>>.

GIL, Antonio Carlos. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 4. ed. São Paulo: Atlas. 2002.

GRAZZIOTTI, S. S. **A conversão de demonstrativos contábeis brasileiros para as normas internacionais e norte-americanas: um estudo de caso da CST.** Programa de Pós-Graduação Lato Sensu em Contabilidade Gerencial, Universidade Federal do Espírito Santo 2004. 2004.

GRAY, S. J. **The impact of international accounting differences from a security analysis perspective: some European evidence.** *Journal of Accounting Research*, v. 18, n.1, p. 64-76, 1980.

GUJARATI, Damodar N. **Econometria Básica.** 3ª edição. Makron Books do Brasil Editora Ltda. São Paulo. 2000.

HAVERTY, J.L.. **Are IFRS and U.S. GAAP converging? Some evidence from Peoples Republic of China companies listed on the New York Stock Exchange.** *Journal of International Accounting, Auditing and Taxation*, vol. 15, pp. 48-71. 2006

IASB. **IFRS around the world** Disponível em: <http://www.iasb.org/About+Us/About+IASB/IFRS+Around+the+World.htm> Acesso em: 19 fev 2010.

KLANN, Roberto Carlos; BEUREN, Ilse Maria; HEIN, Nelson. **Impacto das diferenças entre as Normas Brasileiras de Contabilidade e Americanas nos indicadores de desempenho de empresas brasileiras com ADRs.** *Brazilian Business Review*, Vitória, v. 6, n. 2, p. 154-173. 2009.

KPMG. **IFRS Hoje - Os profissionais da KPMG no Brasil respondem suas dúvidas.** *Desafios de um Processo de Convergência - 2ª Edição.* 2002.

IEMES, Sirlei; SILVA, Miriã Gonçalves. **A experiência de empresas brasileiras na adoção das IFRS.** *Revista Contabilidade Vista & Revista*, Belo Horizonte, v. 18, n. 3, p. 37-58. 2007.

MARTINS, Orleans Silva e PAULO, Edilson. **Reflexo da adoção das IFRS na análise de desempenho das companhias de capital aberto no Brasil.** *RCO*, vol.4, n.9, pp. 30-54. 2010.

NIYAMA, Jorge Katsumi. **Contabilidade Internacional.** São Paulo: Atlas. 2005.



PRICEWATERHOUSECOOPERS. **Normas contábeis internacionais (IFRS), norte-americanas (US GAAP) e as práticas contábeis adotadas no Brasil: semelhanças e diferenças.** PricewaterhouseCoopers. 2004.

ROGERS, Dany; REZENDE, Cláudio Francisco; LEMES, Sirlei; MELO, Daniela de Castro; ALMEIDA, Marcelo Dias de. **Análise dos índices econômico-financeiros das demonstrações contábeis da Companhia Siderúrgica de Tubarão em diferentes normas (IFRS, US GAAP e BR GAAP).** In: SEMEAD, 9., 2006, São Paulo. Anais... São Paulo: 2006.

SANTOS, E. S. **Full IFRS x Lei 11.638 (1ª fase) x Lei 6.404: Impacto Esperado nos Resultados de 2010 a partir das Empresas que se Anteciparam,** 11º Congresso USP de Controladoria e Contabilidade, Anais, São Paulo. 2011.

SANTOS, E. S. **Análise dos Impactos dos CPCs da Primeira Fase de Transição para o IFRS nas Empresas Abertas: um Exame Censitário dos Ajustes ao Resultado nas DFPs de 2008.** In: *Encontro da ANPAD*, 34, Anais, Rio de Janeiro: Enanpad 2010.

SANTOS, E. S., CALIXTO, L. **Impactos do Início da Harmonização Contábil Internacional (Lei 11.638/07) nos Resultados das Empresas Abertas.** *RAE eletrônica*, v. 9, n. 1, jan./jun. 2010.

WEFFORT, Elionor Farah Jreige. **Brasil e a harmonização contábil internacional: influências dos sistemas jurídico e educacional, da cultura e do mercado.** São Paulo: Atlas. 2005.

### Apêndice 1 - Empresas selecionadas para o estudo

Setor	Subsetor	Empresa
Bens Industriais	Comércio	WLM - INDUSTRIA E COMERCIO S.A.
	Equipamentos Elétricos	METALFRIO SOLUTIONS S.A.
	Máquinas e Equipamentos	FORJAS TAURUS S.A.
	Material de Transporte	RANDON S.A. IMPLEMENTOS E PARTICIPACOES
	Serviços	CSU CARDSYSTEM S.A.
Construção e Transporte	Construção e Engenharia	ETERNIT S.A.
	Transporte	JSL S.A.
Consumo Cíclico	Comércio	HYPERMARCAS S.A.
	Diversos	ESTACIO PARTICIPACOES S.A.
	Hotéis e Restaurantes	SAUIPE S.A.
	Mídia	SARAIVA S.A. LIVREIROS EDITORES
	Tecidos. Vestuário e Calçados	GRENDENE S.A.
	Utilidades Domésticas	NADIR FIGUEIREDO IND E COM S.A.
Consumo não Cíclico	Agropecuária	SLC AGRICOLA S.A.
	Alimentos Processados	BRF - BRASIL FOODS S.A.
	Bebidas	RETIRADA DA AMOSTRA
	Comércio e Distribuição	DROGASIL S.A.
	Diversos	LOJAS AMERICANAS S.A.
	Fumo	RETIRADA DA AMOSTRA
	Produtos de Uso Pessoal e de Limpeza	BOMBRIL S.A.
	Saúde	CREMER S.A.
Materiais Básicos	Embalagens	DIXIE TOGA S.A.
	Madeira e Papel	DURATEX S.A.
	Materiais Diversos	MAGNESITA REFRACTARIOS S.A.
	Mineração	VALE S.A.
	Químicos	BRASKEM S.A.
	Siderurgia e Metalurgia	PARANAPANEMA S.A.
Petróleo. Gás e Biocombustíveis	Petróleo. Gás e Biocombustíveis	OGX PETROLEO E GAS PARTICIPACOES S.A.
Tecnologia da Informação	Computadores e Equipamentos	POSITIVO INFORMATICA S.A.
	Programas e Serviços	IDEIASNET S.A.
Telecomunicações	Telefonia Fixa	TELEMAR NORTE LESTE S.A.
	Telefonia Móvel	TIM PARTICIPACOES S.A.
Utilidade Pública	Água e Saneamento	DALETH PARTICIPACOES S.A.
	Energia Elétrica	LIGHT S.A.
	Gás	CIA GAS DE SAO PAULO - COMGAS

**Apêndice 2 – Correlação entre os indicadores calculados a partir do BR GAAP e IFRS**

<b>Correlação</b>	
Endividamento	98,26%
Dependência Financeira	96,69%
Imobilização dos Capitais Permanentes	91,34%
Liquidez Geral	93,72%
Liquidez Corrente	92,27%
Rentabilidade do Patrimônio Líquido - ROE	97,73%
Rentabilidade do Ativo - ROA	99,58%
Cobertura de Juros	99,93%
Dívida / EBIT	98,62%